

AS ESTRUTURAS ELEMENTARES DO GOLPE DE 64*

Paulo Niccoli Ramirez**

Uma das leituras possíveis sobre o golpe de 1964, como esta que aqui realizamos, permite que se tome de empréstimo um princípio ou conceito científico difundido pela engenharia civil, *concreto protendido*. Na realidade, a protensão “pode ser definida como artifício de introduzir, numa estrutura, um estado prévio de tensões, de modo a melhorar sua resistência ou seu comportamento, sob ação de diversas solicitações”.¹

Na engenharia civil, portanto, o conceito de concreto protendido possui como pressuposto básico a noção de que as estruturas se contraem ao mesmo tempo em que se expõem. Há uma força vetorial que age em sentidos opostos, de modo a gerar o equilíbrio na estrutura, provocando, com isto, maior capacidade de sustentação da construção, tendo em vista a utilização de um número apenas necessário de pilares de sustentação. Em linhas gerais, pode-se dizer que as forças vetoriais das estruturas são opostas e complementares – por isto, sustentam-se mutuamente, garantido, assim, o equilíbrio.

Nesse sentido, o referido conceito é introduzido nas ciências humanas, isto é, na avaliação de fatos e fenômenos materiais ou concretos que envolvem as práticas sociais, políticas e econômicas, enfim, a cultura de qualquer sociedade, na tentativa de auxiliar o pesquisador na formulação de uma construção mental fundamentada a partir da coleta e investigação do maior número possível de dados e informações sobre as estruturas, que dizem respeito à ação dos agentes sociais em relação às instituições, associações e afins.

Cabe destacar que agentes sociais (e também as instituições) apresentam plasticidade no que se refere às suas ações e comportamentos, que variam de acordo com as circunstâncias históricas específicas e peculiares de dada sociedade. No presente estudo, referimo-nos às estruturas do golpe militar ocorrido no Brasil no ano de 1964.

Dessa forma, o conceito de concreto protendido é utilizado de modo a auxiliar a investigação das tensões existentes entre as estruturas sociais – para sermos mais exatos, o

estudo do que torna possível um acontecimento histórico relevante. Adotar este pressuposto teórico² permite que se dê atenção a uma vasta gama de fatores determinantes que confluíram para a eclosão do golpe militar no Brasil, conforme será exposto.

A utilização do conceito evita que se cometam certos equívocos ou que se negligenciem ocorridos históricos fundamentais. Resulta disso, por exemplo, a necessidade de articulação entre fatores econômicos, sociais, políticos e até mesmo de ordem “moral”, promovidos por agentes históricos e que estão intrinsecamente associados e, muitas vezes, apresentam-se de maneira inconsciente e oculta na ação dos homens. Vemos, assim, a importância da utilização do conceito de protensão aplicado às estruturas sociais.

A presente exposição vem à tona por haver profundas divergências no campo teórico acerca das causas do golpe de 64. As teses mais conhecidas e difundidas tendem a dar maior relevância a somente um fator ou estrutura social, excluindo outros, essenciais e intimamente articulados a estas causas. Tais teses apresentam suas hipóteses como a força motriz e principal determinante da eclosão da auto-intitulada “revolução” realizada pelos militares brasileiros.

As teses ora dão ênfase somente às circunstâncias econômicas, ora à crise político-institucional do período, ora somente à ação direta de agentes históricos, mais precisamente os militares. É preciso, a partir de agora, realizar uma breve exposição das referidas teses.³

Alfred Stepan avalia o golpe de 1964 a partir das ações dos atores políticos e meios de manipulação das massas (Exército, elites nacionais, meios de comunicação) como fator predominante para a ação militar. A principal premissa de Stepan é a de que, até 1964, havia no Brasil uma espécie de “padrão moderador”⁴ – herança do Império – exercido pelos militares desde a instauração da República, em 1889. Pode-se afirmar que o método intuitivo do autor não deve ser reduzido ao funcionalismo, pois seu estudo não está atrelado a e não apresenta aspectos econômicos deterministas, que conduziram o país, inevitavelmente, à transformação e alteração do regime político ou a uma nova fase de desenvolvimento do modelo capitalista. Na realidade, sua análise está fixada no papel dos atores políticos, como os militares, que agiram de forma politizada e racionalizada em apoio às elites civis.

O Brasil apresenta, segundo o autor, características pretorianas, isto é, trata-se de um país com instituições muito fracas e grupos sociais muito fortes. O resultado disso não poderia ser outro senão intensos conflitos políticos periódicos que necessitam passar pela “moderação” de um quarto poder, exercido pelo próprio Exército. Portanto, este não age por conta própria, mas a pedido das elites nacionais. Sob estas condições, tem-se muito claro que cabe aos militares defender o Poder Executivo, desde que este atue conforme o

que está estabelecido na legislação: “No modelo moderador os militares têm uma tarefa que consiste essencialmente na atividade conservadora de manutenção do sistema. O papel dos militares, de modo geral, se restringe à deposição do Executivo e à transferência do poder político para os grupos civis alternativos”.⁵

Com o advento da República, o Exército emergiu como uma instituição à parte da sociedade, que se constituiu por meio da valorização de sua hierarquia interna e pelo já mencionado exercício de um padrão moderador, ou seja, pelo zelo e manutenção da estabilidade política do país, de modo a assegurar que o Poder Executivo preserve a Constituição vigente. O padrão moderador está diretamente atrelado aos anseios das elites civis nacionais, o que significa dizer que qualquer ação empreendida pelos militares, seja ela bem ou mal-sucedida, passa a ser o reflexo da opinião pública, conforme ocorreu nas sucessivas crises políticas e deposições de governos no Brasil até 1964.⁶

A tese elaborada por Stepan fundamenta-se em duas hipóteses: quanto menor a coesão civil, maior a probabilidade de intervenção militar; e quanto maior a legitimidade do presidente da República, menor será a possibilidade de êxito, por parte dos militares, na deposição do presidente em exercício. A questão a ser aqui levantada é a de que os civis tentam cooptar os militares exatamente para que a ação de intervenção na esfera política favoreça a classe dominante. Um dado interessante da tese demonstra haver nas Constituições republicanas brasileiras (1891 e 1946) o favorecimento da existência do padrão moderador, quando abrem brechas para que os militares intervenham nos conflitos entre grupos políticos, os quais prejudicam o andamento do Poder Executivo. Por isto, Stepan sugere que os militares são uma camada política que reflete a opinião pública.

A primeira hipótese relaciona a propensão dos militares a intervir com a coesão das camadas políticas importantes, e afirma que esta propensão é elevada quando a coesão civil é baixa, e reduzida quando a coesão civil é elevada. A segunda hipótese liga o êxito dos golpes ao grau de legitimidade pública outorgada pelo Executivo e ao militar. Os golpes militares tendem a ter sucesso quando, antes da tentativa de golpe, a legitimidade do Executivo é reduzida e a legitimidade conferida pelas camadas políticas à intervenção dos militares é elevada. Segundo esta hipótese, os golpes tendem a fracassar quando a legitimidade do Executivo é elevada e a legitimidade atribuída aos militares é reduzida.⁷

Dessa forma, a presença de um padrão moderador é algo rotineiro na vida política do país, de maneira que o povo brasileiro não estaria apto à democracia, a qual sofre o constante risco de subversão. Em 1964, havia no Brasil uma intensa crise institucional que opunha a elite civil ao governo, ou seja, havia pouca legitimidade concedida pela sociedade ao presidente João Goulart, ao passo que esta convocava e concedia legitimidade ao Exército para que interviesse drasticamente a fim de garantir a ordem nacional. Esta dico-

tomia entre governo e sociedade chegara naquele ano ao seu extremo limite, conduzindo o Exército a uma mudança radical de postura: abandonou o padrão moderador e, em seu lugar, passou a ambicionar o controle do próprio Poder Executivo.

Naquele ano, houve uma série de peculiaridades que promoveram a não devolução do poder Executivo aos civis, como havia ocorrido em outras oportunidades, o que provocou uma ruptura com o padrão moderador. As causas disto giram em torno da efetivação de um projeto de desenvolvimento nacional elaborado pelos militares por meio da ESG,⁸ aliada, ainda, ao contexto internacional que opunha capitalistas (ligados aos interesses norte-americanos) a comunistas (ligados aos russos) – dois pólos distintos que avaliavam o Brasil como estratégico para a difusão de suas respectivas ideologias. A tendência de apoio aos americanos foi concretizada pelo Exército brasileiro na forma de um projeto nacional que deveria afastar o “perigo” comunista, intimamente associado ao governo de João Goulart.

Tais condições geravam o iminente conflito entre as elites civis e o Executivo, sendo preciso intervenção militar. Entretanto, no ano de 1964, não era necessária apenas uma intervenção passageira, senão de longo prazo. A sociedade civil, por isto, via na figura de Castelo Branco, na posição de presidente, o mediador mais responsável, intelectualizado e capaz de lidar com os interesses das elites. Estava consolidado o golpe.

O golpe de 1964, conforme a avaliação de Stepan, não foi mero resultado de um processo determinista-fatalista da história, que corresponderia ao progresso natural do desenvolvimento do modelo capitalista, mas, ao contrário, a resultante de um conjunto de ações de grupos civis e militares, aliado aos interesses externos norte-americanos. Dessa forma, fica evidente não apenas o papel fundamental das camadas politizadas e elitizadas brasileiras, mas também a importância de Jango como ator político, na medida em que foi responsável pela tentativa de cooptação dos próprios militares e dos grupos de trabalhadores de esquerda, do que não lhe resultou logro.

A tese de G. O'Donnell, apresentada na obra *Reflexões sobre os Estados burocráticos-autoritários*,⁹ pouco dá atenção à ação dos atores políticos do período. Em vez disto, sua análise está centrada numa visão de ordem econômica, determinante na articulação do golpe de 64. A premissa principal do autor resgata o cientificismo do marxismo ortodoxo, o qual está intrinsecamente associado ao determinismo econômico (pois avalia a sociedade como o resultado da marcha natural e gradual das leis da história, que necessariamente conduzem à luta de classes) e a suas influências sobre o processo político. Sendo a esfera política diretamente dependente da estrutura econômica, o método utilizado pelo autor em muito se aproxima do modelo conceitual de bonapartismo difundido na avaliação do populismo na América Latina, de modo que sua explicação referente à causa da eclosão do golpe militar pode ser considerada funcionalista.

No Brasil, houve dois marcos cronológicos fundamentais de superação do modelo econômico: a Revolução de 1930, com o fim do modelo oligárquico, e o movimento militar de 1964, que rompeu com o populismo e promoveu a ascensão do autoritarismo. No primeiro caso, promoveu-se a industrialização e modernização do país, ou seja, uma alteração no campo econômico, a qual gerou novas classes sociais (trabalhadores) e, também, foi responsável pela alteração na esfera política, decorrente do afastamento da elite agrária do Poder Executivo – a cujo lugar ascendeu um líder populista.¹⁰

O segundo evento, o golpe de 64, representou a inserção do país numa segunda fase do modelo capitalista ou de industrialização. Vê-se, novamente, que a tese é determinista, pois esboça a noção de que o movimento militar – e, portanto, a alteração da esfera ou modelo político (tornado autoritário) – foi fruto de um aprofundamento da modernização, promovida, essencialmente, pelo progresso da estrutura econômica. O'Donnell revela que ao longo do regime populista não havia capital suficiente para o desenvolvimento econômico nacional, dado que o governo, ao ativar a classe trabalhadora e ao desalojar as oligarquias da política, cedeu inúmeros benefícios para estas classes, o que acarretou a escassez ou desvio de capital e recursos financeiros a serem investidos em outras áreas, como a industrial, impulsionada pelo Estado.

No Brasil de 1964, havia a necessidade de verticalização da produção de bens de consumo, intermediário e de capital, ou seja, era preciso promover o surgimento de um parque industrial que elevasse a capacidade de produção e consumo, para evitar a importação de produtos primários. Após a intervenção militar, as importações destes produtos diminuíram e eles passaram a ser fabricados no país em maior escala.

Nesse sentido, o movimento militar veio à tona exatamente para anular as constantes diminuições de acumulação de capital e investimentos do Estado, e também para inibir o temor dos investidores estrangeiros no país.¹¹ Em resumo, O'Donnell tem uma avaliação linear do golpe de 64, determinada por fenômenos de ordem econômica, os quais agem diretamente na esfera política, de modo que aquele ano representou a ruptura com o populismo e a ascensão do modelo político autoritário.¹²

A tese de Wanderley Guilherme dos Santos (*Sessenta e quatro: anatomia da crise*)¹³ fundamenta-se no conceito de “paralisia decisória”.¹⁴ O golpe de 64 seria consequência da paralisia na esfera política, sendo inevitável a intervenção militar. O método utilizado pelo autor é dedutivo e assemelha-se ao estruturalismo, pois há a tentativa de “esclarecimento” de apenas um momento histórico. W. Guilherme dos Santos aproxima-se das explicações ou mecanismos causais do golpe por conduzir sua investigação às estruturas políticas do período.

A análise é influenciada pela teoria de Sartori, o qual avalia, por meio de procedimentos matemáticos, questões referentes aos partidos políticos, mais precisamente ao peso do partido na manipulação e participação no Congresso. A teoria monta a tipologia partidária, demonstrando que, quando há um certo número de partidos com diretrizes radicalizadas e distintas, poderá ocorrer estagnação decisória ou impasses no Congresso. Esta seria a causa determinante para a eclosão do golpe de 64, segundo Wanderley.

Tratava-se de uma crise política que envolve não apenas o poder Legislativo, mas também o Executivo, exigindo uma intervenção, conforme a intensidade de preferências, na esfera política. As provas empíricas da tese do autor estão explicitadas na quantidade de projetos aprovados no período pré e pós-64 – os quais revelam uma extrema radicalização e conflito entre os partidos (principalmente UDN, PTB e PSD), de modo que decisões relevantes do Congresso foram praticamente nulas ou contrárias aos anseios do presidente. O governo de João Goulart possuía pouco apoio no Congresso, o que lhe custou intensas críticas públicas por parte dos legisladores e, por fim, a deposição. Ante a paralisia decisória, a ruptura (isto é, o golpe) parecia ser inevitável, conforme a análise de Wanderley: a paralisia conduziu à sua superação, por meio de intervenção externa, mais precisamente a militar.

As teses apresentadas, conforme afirmamos no início de nossa discussão, tendem a enfatizar apenas uma variável, colocando-a em um patamar mais elevado em relação às demais, como determinante para o desencadeamento do golpe militar. As hipóteses que apresentamos, de maneira geral, negligenciam ou nem sequer consideram outras variáveis que se articulam profundamente às questões políticas, econômicas e à ação dos atores políticos.

Nesse sentido, Angelina Figueiredo parece ter realizado um grande esforço e avanços significativos. Na obra *Democracias ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*,¹⁵ a autora promove sua tese a partir da intenção dos atores políticos, o que significa dizer que a causa do movimento militar está associada às escolhas deliberadas e intencionais dos sujeitos. É influenciada pelo marxismo analítico, o qual valoriza as ações dos indivíduos, assim como pela teoria econômica marginalista, que toma as ações dos sujeitos como racionalizadas e utilitárias.

Há a elaboração de uma teoria das escolhas racionais dos homens nos campos político, social e econômico, enfim, relações históricas concretas que são articuladas por meio de estratégias e interações em nome de determinados fins.¹⁶ A tese de Angelina Figueiredo afasta-se da discussão sobre quem determina os atos humanos: a infra ou a superestrutura econômica. Diferentemente dessa visão, os próprios homens,¹⁷ em relação às escolhas de seus semelhantes e ao meio em que vivem, realizam suas decisões. Pode-se dizer que

Angelina não anula as demais teses, mas, em vez disto, dá-lhes outro peso, na medida em que não há determinações primordiais e únicas dos fatores até aqui apresentados, mas, sim, influências recíprocas.

O golpe de 64, segundo a tese da autora, foi decorrência de uma crise institucional (1961-64) promovida pelo conflito de escolhas intencionais realizadas pela participação de atores políticos relevantes. Este fenômeno, por sua vez, reduziu o grau de consenso democrático, sendo este abandonado, dando lugar à conspiração contra o governo Goulart. O resultado disso foram as inevitáveis crises econômicas, políticas, sociais e militares.

Os meses que precederam o golpe dividiram o país: de um lado estava João Goulart, acusado de tentar subverter a hierarquia militar na tentativa de cooptação e conquista de apoio de generais, e também trabalhadores de esquerda, o que poderia conduzir a um golpe bonapartista; do outro, os grupos de direita estavam articulados, contrapondo-se ao governo com o apoio de parlamentares e militares. As ações racionais dos sujeitos, assim como suas estratégias e interações, culminaram na vitória do grupo que estava mais bem-organizado: os militares tomaram o controle do Poder Executivo com o apoio das elites nacionais.

Como vemos, a tese de Angelina é capaz de articular as relações materiais históricas em plena relação com a ação dos indivíduos e as instituições a que estes pertencem. Porém, sua análise está fixada nas ações de cunho racional dos sujeitos, ao passo que não há a tentativa de uma construção mental que elabore uma tese a partir de relações intrínsecas entre as referidas estruturas, que se mantêm por meio de influências recíprocas muitas vezes ocultas no próprio conjunto de atividades humanas racionalizadas e dotadas de sentido.

Aplicar o conceito de concreto pretendido emerge como necessidade de promover esta articulação,¹⁸ ou seja, das tensões e influências simultâneas dos indivíduos entre si e em relação ao meio. Evidentemente, este conjunto de tensões apresenta a objetividade dos homens, ao mesmo tempo em que guarda relações íntimas e inconscientes destes com o conjunto de instituições da sociedade.

Para ilustrarmos de maneira sintética o conceito aqui utilizado, comentaremos as relações de tensões e interações no período a partir da avaliação da *Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade* realizada no dia 19 de março de 1964, em São Paulo, duas semanas antes da eclosão da ditadura. A Marcha, que reuniu cerca de 500 mil pessoas, foi organizada a partir das Associações das Senhoras Católicas, ligadas às alas conservadoras da Igreja. Os propósitos do evento estavam diretamente relacionados à crise política, econômica e social do período.

A finalidade da Marcha era contrapor-se aos comícios realizados dias antes, no Rio de Janeiro, por João Goulart e Leonel Brizola, os quais se encontravam cada vez mais isola-

dos e sem o apoio político das elites nacionais. Jango e Brizola precisavam do suporte popular para, de alguma forma, dobrar seus opositores no Congresso e, por fim, realizar as metas almejadas.¹⁹ Após ter vencido o plebiscito com larga margem de apoio e com o cargo presidencial restabelecido em 6 de janeiro de 1963, João Goulart passou a defender uma política que pouco agradava à burguesia brasileira (empresários e proprietários de terra), ao capital estrangeiro, a diversos setores da Igreja Católica, aos militares e à grande potência hegemônica do continente: os Estados Unidos. As reformas de base propostas por João Goulart sofreram críticas de diversos setores que, acima de tudo, temiam o comunismo, o caos e a quebra da ordem.

Os últimos meses de Goulart na presidência foram conturbados e marcados por sucessivos fracassos quanto à aceitação de suas propostas. Os mais críticos afirmavam que a política de Jango constituía, na realidade, uma “revolução de esquerda”, pois tentava atrair o apoio de nacionalistas e comunistas (em grande parte, sindicalistas, estudantes e pessoas com vínculos com as Ligas Camponesas).

Havia o temor das mulheres católicas quanto às imaginadas políticas adotadas por um sistema comunista, o que, para muitas destas senhoras, significava a extinção das liberdades concedidas pela Constituição, incluindo-se a propriedade privada de seus respectivos maridos, grande parte pertencente à elite financeira brasileira. Boa parte dos setores da imprensa concedeu ampla repercussão à Marcha; estes grupos que controlavam os meios de comunicação estavam atrelados ao complexo Ipes/Ibad.

O Ipes – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais e o Ibad – Instituto Brasileiro de Ação Democrática talvez tenham sido os maiores colaboradores do movimento militar durante o período pré-64 e, também, durante boa parte do tempo em que o regime esteve em vigor no Brasil. Suas conspirações e ações voltaram-se a uma forte oposição a Goulart, além de coordenarem uma ampla campanha política, ideológica e militar de reação ao governo legal do país. Reunindo empresários, banqueiros, multinacionais, meios de comunicação, militares – enfim, a elite brasileira e os interesses externos –, este complexo organizou os diversos grupos opositores a J. Goulart e obteve um enorme sucesso, já que influenciaria os militares no golpe de 31 de março de 1964, direcionando definitivamente o país aos interesses norte-americanos. Não há mais dúvidas no que diz respeito à capacidade do complexo Ipes/Ibad de persuasão das massas. Utilizando todos os meios possíveis, foi capaz de desestruturar diversas políticas e planos de governo que Jango praticou em favor das camadas mais baixas (classes médias baixas e trabalhadores em geral) e, conseqüentemente, contra os interesses de setores da elite brasileira e mesmo contra a lógica do imperialismo norte-americano:

(...) o IPES constituiu a peça principal para a montagem da operação que, deflagrada em 1964, estabeleceu a ditadura militar e impôs ao país, com o AI-5, um regime fascista sob o qual não só as franquias democráticas desapareceram como foram realizadas operações destinadas a estabelecer o controle econômico, político e militar do país, tudo sob comando direto do imperialismo, a que se submeteram, como de praxe, os elementos nacionais ligados à conspiração.²⁰

Vejamos, a seguir, algumas manchetes de jornais publicadas às vésperas da eclosão da auto-intitulada “revolução”, expressando o temor dos meios de comunicação diante de um alegado (pela imprensa) golpe de esquerda por parte de Goulart: “UDN denuncia a subversão no governo” (*O Estado de S. Paulo*, 16 de janeiro de 1964); “Bilac Pinto denuncia organização do golpe” (*O Globo*, 16 de janeiro de 1964); “Basta! Até quando o presidente da República abusará da paciência da Nação? Até que ponto pretende tomar para si, por meio de decretos-leis, a função do Poder Legislativo? Até que ponto contribuirá para preservar o clima de intranqüilidade e insegurança que se verifica presentemente na classe produtora? Até quando deseja levar ao desespero, por meio da inflação e do aumento do custo de vista, a classe média e a classe operária?” (*Correio da Manhã*, 31 de março de 1964).

O apelo dos jornais é claro. Os meios de comunicação levaram a opinião pública ao pânico, ao desespero e à angústia quanto às futuras ações do então presidente João Goulart que, segundo os jornais relatavam, estava prestes a impor uma “República sindicalista”, que passaria por cima de todos os mecanismos legais e até mesmo coibiria as medidas adotadas pelo Congresso e por todos os seus opositores. Não por acaso, a Marcha das mulheres católicas havia conquistado o apoio de diversos setores da sociedade.

Um outro objetivo da Marcha, talvez o mais importante, foi o pedido de apoio das camadas conservadoras (aliás, muito bem-organizadas, conforme observamos) aos militares, sendo que estes não demorariam nem sequer um mês para atendê-las:

A escolha da dona de casa da classe média como potencial ponta-de-lança para o contra-ataque contra João Goulart foi de especial importância. (...) No decorrer dos primeiros meses de 1964, as organizações feministas e grupos católicos proporcionavam a mais visível ação cívica contra João Goulart e contra as forças nacional-reformistas.²¹

As mulheres de classe média que compuseram a Marcha foram o impulso último de pleno apoio civil para que os militares agissem efetivamente. Cabe apenas reiterar que estas mulheres católicas conservadoras foram, na verdade, *transmissoras* do descontentamento de boa parte de seus maridos, pertencentes a setores médios e à burguesia nacional. O Exército, por sua vez, estava mantendo relações de tensões com o governo.

Inúmeros incidentes envolvendo Jango e os militares podem ser destacados; todos eles representaram uma afronta à hierarquia e à disciplina militar. Podemos mencionar: a nomeação de oficiais considerados “comunistas” para cargos ministeriais; os planos de Jango de realizar as “reformas de base” a todo custo (via fortalecimento do Poder Executivo, por exemplo, o que provocaria uma ruptura com a Constituição vigente); e o pior de todos os incidentes, talvez o que tenha determinado o golpe de 64: o Motim dos Marinheiros.

O movimento ingressava numa fase explosiva. Havia o risco de Goulart perder o controle da esquerda como instrumento tático efetivo. O risco residia na perda de um equilíbrio entre os civis cada vez mais radicais e o quadro de oficiais, crescentemente ameaçado. O motim naval de 26 de março ocorreu contra este pano de fundo. Mais de mil marinheiros e fuzileiros navais se barricaram num arsenal do Rio de Janeiro. O Ministro da Marinha tentou sufocar a rebelião. Em vez de apoiá-lo, Goulart de fato exonerou-o e permitiu que os sindicatos participassem da escolha de um novo ministro. Goulart estava totalmente indeciso quanto ao seu curso de ação. O motim colocou-o diante de uma decisão que ele se recusava a tomar – punir os marinheiros pelo motim e correr o risco de perder seu apoio ativo, ou tratar os revoltosos com leniência e arriscar-se grandemente a aumentar a apreensão entre os oficiais, que viam nesta condescendência uma ameaça ao princípio da disciplina militar. Goulart vacilou e concedeu ao novo Ministro da Marinha carta branca para resolver a questão e acabou por conceder anistia aos revoltosos. A rebelião naval galvanizou os conspiradores ativos, civis e militares, para uma ação contra Goulart.²²

A indecisão de João Goulart custou-lhe muito caro, pois um golpe militar, a esta altura, já estava em processo, na medida em que diversas camadas da sociedade, interesses externos e os próprios militares já não suportavam mais a ameaça que sua figura representava à ordem nacional.

Por último, a hierarquia do Exército sofria constantes afrontas do senhor Leonel Brizola, o qual financiou e armou seu próprio grupo de apoio, intitulando-o “Grupo dos Onze” (segundo seu mentor, constituído por mais de 500 mil homens), que deveria guerrear em nome de Jango (incluindo o combate contra o próprio Exército). Além disso, estes grupos estariam, também, preparados para tomar as indústrias multinacionais com o objetivo de nacionalizá-las sem o pagamento de indenizações:

Alguns chefes militares, gorilas e reacionários, traíram o seu juramento (...) transformando-se em simples capitães-do-mato das minorias privilegiadas e reacionárias. Quero através destas mensagens iniciar a derrubada desses chefes militares golpistas e traidores (...) nós iremos ver realmente quem tem fibra na hora de correr bala. Quanto a mim, podem ter segurança e a certeza de que o meu lugar é exatamente aqui, convosco! Aqui ao vosso lado.²³

Para pôr fim ao pânico trazido pelas conturbações políticas, econômicas e sociais e à “ameaça comunista” fez-se uma “revolução”. No dia 31 de março de 1964 o Exército foi às ruas. Não houve resistência; o golpe havia sido bem-sucedido, Jango fugiu para o Uruguai e os militares estavam prontos para pôr em prática o que tanto lhes fora pedido por setores da sociedade, imprensa, grupos estrangeiros, entre outros: a “ordem” e a administração do poder Executivo. Para além dos intensos e fervorosos pedidos das elites brasileiras – sob os olhos atentos do complexo Ipes/Ibad –, de grupos estrangeiros e da imprensa para que o Exército pusesse fim à ameaça que representava o governo Jango, os próprios militares estiveram envolvidos em incidentes que tornaram quase impossível uma não-intervenção no país.

Estava, assim, deflagrada a “revolução” de 1º de abril de 1964. Quando uma série de variáveis ou estruturas sociais encontram-se em plena tensão e influem umas às outras, conflito mútuo e inevitável, nada mais resta senão a busca de uma nova organização de universo. A moral de um povo (ou da maioria dele), isto é, suas concepções de organização de mundo não estão atreladas às leis ou à marcha da história, mas, sim, a um conjunto de transformações e metamorfoses específicas e peculiares a cada sociedade, que, inevitavelmente, constituem e são constituídas simultaneamente por atributos econômicos, políticos, entre tantos outros, os quais compõem a própria cultura.

Recebido em agosto/2004; aprovado em setembro/2004

Notas

* O título deste trabalho é uma homenagem ao mais sincero e realista dos pensadores, Claude Lévi-Strauss, que completou recentemente 96 anos de idade.

** Aluno de graduação do curso de ciências sociais da PUC-SP; autor do projeto de iniciação científica (Pibic-Cepe) 1964-1968: *Os mecanismos de censura e repressão da primeira fase de ditadura militar no Brasil*; aluno da graduação do curso de Filosofia da USP.

¹ PFEIL, Walter. *Concreto pretendido*. 2 ed, Rio de Janeiro, Livros Técnicos, 1988, p. 1.

² É importante ressaltar que se está adotando o conceito ou preceito do que vem a ser o concreto pretendido, e não os cálculos matemáticos que o envolvem nas atividades dos engenheiros civis. Neste sentido, há a pretensão de considerar as estruturas plásticas e em constante tensão umas com as outras (ou seja, maleáveis conforme as condições históricas) algo que caracteriza a organização social humana investigada pelas ciências sociais. Por isto, o que os engenheiros civis consideram concreto e também estrutura esboça a noção estática destas, enquanto tais conceitos, aplicados às ciências humanas, possuem outro significado: estão vinculados às práticas concretas humanas, que jamais se apresentam de maneira estática.

³ Cabe destacar que esta discussão é devedora da disciplina política VII do curso de ciências sociais da PUC-SP, lecionada pelo professor Rogério Arantes, que muito em breve deverá lançar uma nova tese, muitos mais aprimorada do que a que vamos expor.

⁴ Como sabemos, o Poder Moderador remonta ao período imperial do país (1822-89), em que o próprio imperador acumulava o Poder Executivo, além de exercer o que poderíamos designar o “quarto poder”, isto é, a possibilidade de fazer valer suas ações e vontades políticas, sobrepondo-se às decisões dos poderes Judiciário e Legislativo, quando não estivessem em harmonia com os anseios do Executivo.

⁵ STEPAN, Alfred. *Os militares na política*. Rio de Janeiro, Artenova, 1975, p. 27.

⁶ Desde a instauração da República e, conseqüentemente, nos rotineiros momentos de crise política e institucional no Brasil, segundo Stepan, a função moderadora dos militares esteve presente. Os militares encarregavam-se de destituir e tomar o poder do Executivo e, em seguida, devolvê-lo aos grupos civis assim que a estabilidade política retornasse. Com isto, por exemplo, no ano de 1945, Vargas foi derrubado exatamente por haver baixo grau de apoio das elites nacionais em relação a seu governo, ao passo que o suporte deslocava-se para o Exército. Outro exemplo que comprova a tese de Stepan é a renúncia de Jânio Quadros ao cargo de presidente da República, em 1961, quando o vice, João Goulart, deveria assumir; porém, alguns setores civis viam em Jango uma ameaça comunista e pressionaram os militares para que não assumisse o cargo. O padrão moderador apareceu novamente na redução dos poderes presidenciais como forma de satisfazer à opinião pública.

⁷ STEPAN, op. cit., p. 71.

⁸ A Escola Superior de Guerra (ESG) foi fundada após a Segunda Guerra Mundial, por meio do contato entre militares brasileiros e oficiais norte-americanos, os quais criaram fortes vínculos de amizade durante a Guerra. A Escola realizava estudos sobre projetos de desenvolvimento do país e contava, ainda, com a participação de muitos civis, principalmente das elites.

⁹ O'DONNELL, G. *Reflexões sobre os Estados burocráticos-autoritários*. São Paulo, Vértice, 1987.

¹⁰ Tais modificações foram impulsionadas por aquilo que se convencionou designar como populismo ou bonapartismo, que representam uma forma comum de explicação da ascensão tardia do capitalismo, principalmente nos países subdesenvolvidos da América Latina. Seriam fomentadas, geralmente, a partir de um líder político, o qual promove a tutela de classes sociais, como a dos trabalhadores industriais. O caso mais típico, no Brasil, é o de Getúlio Vargas.

¹¹ O temor dos investidores acentuou-se no breve governo de Jânio Quadros, mas, principalmente, com o governo João Goulart, pois que era considerado comunista, opositor dos interesses capitalistas no Brasil.

¹² Nesse aspecto, apresenta-se uma grande contradição na tese de O'Donnell, pois o populismo seria um processo de modernização econômica que se desgasta, dando origem ao autoritarismo. Porém, nada nos impede de avaliar o primeiro governo de Getúlio Vargas como um governo autoritário. Outra contradição da tese, apresentada pelo já mencionado professor Rogério Arantes, é a de que a mesma classe de trabalhadores que impulsionou o desenvolvimento econômico foi suprimida em 64.

¹³ SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Sessenta e quatro: anatomia da crise*. São Paulo, Vértice, 1986.

¹⁴ A premissa que qualifica a paralisia decisória esboça a noção de existência de uma autonomia da política que, por sua vez, apresenta macro-tendências sociais e econômicas.

¹⁵ FIGUEIREDO, Angelina. *Democracias ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.

¹⁶ Nesse ponto, apresenta-se uma outra influência na tese de Angelina, a *teoria dos jogos*, de John Nash.

¹⁷ Recordemos que Max Weber afirmava que a ação social dos sujeitos é sempre dotada de racionalidade, ou seja, de sentido.

¹⁸ Não se trata, portanto, de negar completamente as demais teses, senão de encontrar relações à primeira vista imperceptíveis entre elas: uma análise mais detalhada é capaz de aproximar as estruturas econômicas, políticas, sociais, religiosas e outras presentes em qualquer cultura.

¹⁹ O Plano Trienal (desenvolvido pela equipe de ministros de João Goulart, entre eles Celso Furtado, San Tiago Dantas e Darcy Ribeiro) representou uma política articulada para o desenvolvimento brasileiro; entretanto, sofreu resistência das camadas que detinham o poder econômico, já que uma das medidas mais polêmicas do projeto seria uma extensa reforma agrária. Podemos destacar tentativas de alteração institucional, sobretudo a precedência do Executivo sobre o Legislativo, o que lhe permitiria governar com maior facilidade e impediria a oposição do Congresso – que Jango tentava influenciar para aprovar suas reformas –, assim como suas políticas voltadas para a habitação popular, a saúde, a Previdência e a assistência social.

²⁰ SODRÉ, Nelson W. *O governo militar secreto*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1987, p. 32.

²¹ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis, Vozes, 1981, p. 152.

²² STEPAN, op. cit., p. 62.

²³ Apud PAULA, Adolpho J. C. *Revolução de 1964: a versão e o fato*. Porto Alegre, Gente do Livro, 1999, p. 90.